

SUMÁRIO

Siglas e abreviaturas	19
Introdução	21
Capítulo 1	
Teoria Geral dos Direitos Humanos.....	25
1. Conceito de Direitos Humanos	37
2. Dimensão ética dos Direitos Humanos.....	39
3. Direitos do homem, Direitos Fundamentais e Direitos Humanos	39
4. Direitos Humanos Fundamentais	42
5. Características dos Direitos Humanos.....	42
6. Evolução histórica: marcos e pensamentos	48
7. Evolução histórica: documentos	52
8. Gerações de direitos	54
9. Crítica ao sistema geracional.....	59
10. O indivíduo como sujeito do Direito Internacional (DI)	59
11. Tópico-síntese	62
Capítulo 2	
A Dignidade Humana e os Sistemas de Proteção.....	65
1. Dignidade humana, STF, mínimo existencial e sistemas de proteção....	65
2. Sistemas de proteção	75
2.1. Sistemas interno e internacional.....	76
2.2. Sistemas global e regionais.....	78
2.3. Sistemas homogêneo e heterogêneo	79
3. Princípio <i>pro homine</i>	82
4. Tópico-síntese	86
Capítulo 3	
A Constituição Federal de 1988 e os Direitos Fundamentais	89
1. As constituições.....	90
1.1. A CF de 1988 e a concepção contemporânea de cidadania	95
1.2. A CF de 1988 <i>dialógica</i>	97
2. Conceito doutrinário de Direitos Fundamentais.....	99
3. Direitos e Garantias Fundamentais na CF de 1988	99
4. Aplicação imediata	100

5.	Sistema aberto de Direitos Fundamentais.....	102
6.	Duplo sentido dos Direitos Fundamentais	104
7.	Fundamentalidade material.....	106
8.	Diferença entre Direitos e Garantias	107
9.	Dos Deveres Fundamentais.....	109
10.	Destinatários dos Direitos Fundamentais	110
11.	Requisitos dos Direitos Fundamentais.....	113
12.	Funções dos Direitos Fundamentais	114
12.1.	Os quatro <i>status</i> de Jellinek	114
12.2.	Direitos de defesa, a prestação e de participação	115
12.3.	Direitos a prestação e o Judiciário	116
13.	Dimensões dos Direitos Fundamentais.....	123
14.	Irradiação dos Direitos Fundamentais.....	124
15.	Eficácia vertical e horizontal	124
16.	Conflituosidade ou concorrência	126
17.	Limitabilidade e núcleo essencial.....	127
17.1.	Tipos de restrições	130
18.	Recentes mecanismos de proteção dos direitos.....	132
18.1.0	§ 3º do art. 5º, da CF	132
18.2.0	§ 4º do art. 5º, da CF	133
18.3.	Tribunal Penal Internacional (TPI)	134
18.3.1.	Estatuto, adoção, vigência, independência, sede e Estados-membros	134
18.3.2.	Jurisdição (permanente, internacional, subsidiária e complementar) e competência	136
18.3.3.	Outros pontos sobre o TPI	139
18.3.4.	Princípio da ampla cooperação e instituto da entrega....	140
18.3.5.	Sentenças internacionais e necessidade de homologação pelo STJ (?)	141
18.3.6.	Tratado de Roma de 1998 x Constituição Federal de 1988	141
18.4.0	Incidente de Deslocamento de Competência (IDC)	143
19.	Tópico-síntese	147

Capítulo 4

Direito Constitucional Internacional e Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos	149	
1.	Notas introdutórias.....	149
1.1.	Definição e características	150
2.	Tratados internacionais sobre Direitos Humanos.....	150
2.1.	As fontes do Direito Internacional.....	151
2.2.	A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969: sua importância e sua recepção pelo Brasil.....	153

2.3. Direito dos Tratados (<i>Law of Treaties</i>)	153
2.4. Conceito de tratado.....	153
2.5. Processo de celebração dos tratados	154
2.5.1. O STF e o processo de celebração na CF	155
2.5.2. Poderes envolvidos na celebração	157
2.5.3. As quatro fases solenes.....	159
2.5.4. O ato de denúncia	162
2.5.5. Denúncia dos tratados de Direitos Humanos.....	164
2.5.6. A posição dos tratados internacionais de Direitos Hu- manos no Brasil	165
2.5.7. Controle jurisdicional da convencionalidade	169
3. Tópico-síntese	171

Capítulo 5

Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	175
1. Da paz de Vestefália ao término da Segunda Guerra	175
1.1. Redefinição do conceito de soberania	177
1.2. Sociedade internacional pós-1945	178
1.3. A expansão do Direito Internacional	178
1.4. Direito Internacional da atualidade	179
2. Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH).....	179
2.1. Gênese do DIDH.....	180
2.1.1. Direito Internacional Humanitário	180
2.1.2. Liga das Nações	182
2.1.3. Organização Internacional do Trabalho (OIT)	182
3. Tópico-síntese	184

Capítulo 6

Sistema Global de Proteção	187
1. Teoria geral das Organizações Internacionais (OI).....	187
2. Organização das Nações Unidas (ONU)	189
2.1. Propósitos e princípios.....	190
2.2. Estados-membros e observadores.....	191
2.3. Órgãos principais.....	192
2.3.1. Assembleia-Geral (AG)	193
2.3.2. Conselho de Segurança (CS)	194
2.3.3. Corte Internacional de Justiça (CIJ)	197
2.3.4. Outros órgãos principais	199
3. Sistema global de proteção.....	200
3.1. Mecanismos convencionais e extraconvencionais	200
3.2. Principais organismos do sistema global	201
3.3. Carta Internacional dos Direitos Humanos	202

3.4.	Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.....	203
3.4.1.	Principais características	203
3.4.2.	Universalismo x relativismo cultural	204
3.4.3.	Direitos previstos	205
3.5.	Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966	208
3.5.1.	Principais características	208
3.5.2.	Direitos previstos	208
3.5.3.	Mecanismos de proteção.....	209
3.6.	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966	210
3.6.1.	Principais características	211
3.6.2.	Direitos previstos	211
3.6.3.	Mecanismos de proteção.....	212
3.7.	Demais convenções do sistema global.....	213
3.7.1.	Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989.....	214
3.7.2.	Outros documentos	217
4.	Tópico-síntese	218

Capítulo 7

Sistemas Regionais de Proteção.....	221
--	------------

1.	Sistemas continentais	222
2.	Sistema europeu.....	223
2.1.	A Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais.....	224
2.1.1.	Direitos na Convenção de 1950.....	224
2.1.2.	Mecanismos de proteção.....	226
2.2.	Outros documentos.....	229
3.	Sistema americano.....	229
4.	Sistema africano.....	233
4.1.	A Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos.....	233
4.1.1.	Direitos na Carta de Banjul.....	234
4.1.2.	Mecanismos de proteção.....	235
4.2.	Outros documentos.....	236
5.	Tópico-síntese	237

Capítulo 8

Sistema Regional Americano.....	239
--	------------

1.	Organização dos Estados Americanos (OEA)	239
1.1.	A Carta de Bogotá e os Estados-membros	239
1.2.	Natureza, propósitos e princípios	241

1.3. Estrutura.....	243
2. Sistema Interamericano.....	244
2.1. Convenção Americana sobre Direitos Humanos	244
2.1.1. Visão geral e estrutural do texto da Convenção Ameri- cana.....	245
2.1.2. Direitos na Convenção Americana.....	249
2.1.3. Mecanismos de proteção.....	250
2.1.3.1. Comissão Interamericana	251
2.1.3.1.1 Apresentação inicial.....	251
2.1.3.1.2 Natureza e composição.....	251
2.1.3.1.3 Discussão, votação, <i>quorum</i> e idiomas ...	252
2.1.3.1.4 Das principais funções.....	253
2.1.3.1.5 Medidas cautelares pela Comissão In- teramericana.....	255
2.1.3.2. Corte Interamericana.....	257
2.1.3.2.1. Apresentação inicial.....	257
2.1.3.2.2. Natureza e composição.....	257
2.1.3.2.3. Sessões, <i>quorum</i> , decisões e idiomas....	258
2.1.3.2.4. Das competências da Corte.....	259
2.1.3.2.5. Medidas provisórias pela Corte Inter- mericana	261
2.1.3.3. Requisitos e processamento das petições indi- viduais	262
2.1.3.4. Sentenças internacionais da Corte	267
2.1.3.5. Casos submetidos à Corte	269
2.1.3.6. <i>Locus standi</i> e <i>jus standi</i>	273
2.1.3.7. Casos envolvendo o Brasil.....	274
2.2. Demais documentos	277
2.2.1. Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Di- reitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	278
2.2.2. Outros documentos	280
3. Tópico-síntese	281

Capítulo 9

Responsabilidade Internacional	283
1. Responsabilidade Internacional.....	284
1.1. A situação atual da responsabilidade e os projetos da ONU	284
1.2. Atos suscetíveis de responsabilidade e classificação	285
1.3. Elementos configuradores	286
1.4. Teorias sobre a responsabilidade	286
1.5. Proteção diplomática e esgotamento dos recursos internos	288

1.6. Excludentes	289
2. Impossibilidade de exclusão frente à violação de normas peremptórias	289
3. Tópico-síntese	290

Capítulo 10**Imunidade dos Estados e Normas sobre Direitos Humanos 291**

1. Jurisdição e imunidade.....	291
2. Imunidade dos Estados.....	292
2.1. Da teoria absolutista à relativista	293
2.2. A teoria relativista adotada pelo Brasil.....	294
2.3. Extensão da imunidade e violação aos Direitos Humanos.....	295
2.4. Decisão da Corte de Haia de 03 de fevereiro de 2012.....	298
3. Tópico-síntese	300

Capítulo 11**Condição Jurídica do Estrangeiro..... 301**

1. Deslocamento internacional de pessoas	301
2. Da condição jurídica	303
2.1. Proteção internacional e a livre circulação.....	305
2.2. <i>Standard</i> do estrangeiro no Brasil.....	306
2.3. O estrangeiro e a Constituição de 1988.....	307
2.4. Ingresso do estrangeiro e concessão de visto	308
2.5. Exercício de atividade remunerada no Brasil.....	313
2.6. O trabalho desempenhado por estrangeiro em situação irregular.....	315
2.7. Estrangeiros perseguidos: asilo e refúgio	316
2.8. Afastamento compulsório	321
2.8.1. Pontos importantes da Lei de Migração	321
2.8.2. Da repatriação.....	322
2.8.3. Da expulsão.....	322
2.8.4. Da deportação	324
2.8.5. Da extradição (medida de cooperação vinculada à mobilidade)	325
3. Tópico-síntese	330

Capítulo 12**Os Direitos Humanos no Âmbito dos Blocos Regionais:****Mercosul e União Europeia..... 333**

1. Direito da Integração e Direito Comunitário	334
2. Fases do processo de integração.....	336

3.	Mercosul	339
4.	O Mercosul e os Direitos Humanos	342
4.1.	Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos no Mercosul.....	345
5.	União Europeia	348
6.	A União Europeia e os Direitos Humanos	351
7.	Tópico-síntese	354
 Capítulo 13		
Direitos Humanos: Temas Finais.....		357
1.	Os Direitos Humanos e a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e o Ministério Público	357
1.1.	Advocacia Pública	359
1.1.1.	Feição constitucional	360
1.1.2.	Advocacia e Direitos Humanos	364
1.2.	Defensoria Pública.....	366
1.2.1.	Feição constitucional	366
1.2.2.	Defensoria e Direitos Humanos.....	370
1.3.	Ministério Público.....	371
1.3.1.	Feição constitucional	372
1.3.2.	Ministério Público e Direitos Humanos	377
2.	O “mensalão” e o Direito Internacional	379
3.	A Comissão Nacional da Verdade (CNV)	382
4.	Direito das Minorias	385
5.	Marco Civil da Internet.....	388
6.	Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)	391
7.	O Estatuto da Pessoa com Deficiência	392
8.	Tópico-síntese	397
 Referências.....		401
 Anexo		409
Declaração Universal dos Direitos Humanos.....		409